



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Fernando Martins

056 21
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0198600-1/02
EMBARGANTE: RICARDO DE HOLANDA ALBUQUERQUE
EMBARGADO: NEWTON DE ALBUQUERQUE FRANCO JÚNIOR
(NEWTON FRANCO IMÓVEIS)
RELATOR : DES. FERNANDO MARTINS
SEXTA CÂMARA CÍVEL

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE - EMBARGOS MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIOS - CONDENAR O EMBARGANTE A PAGAR AO EMBARGADO MULTA DE 1% (UM POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CAUSA - POSSIBILIDADE - INTELIGÊNCIA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC - REJEITADOS - DECISÃO UNÂNIME. Embargos de Declaração manejado sem apontar omissão, contradição e obscuridade, além de ser manifestamente protetatórios, deve sobre o embargante recair a multa prevista no parágrafo único, do art. 538 do código de ritos. **EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.**

5725
ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 0198600-1/02, da Comarca de Recife, em que são partes as acima indicadas; Acordam os Desembargadores que compõem a Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos em **REJEITAR** os Embargos Declaratórios, devendo recair sobre o embargante a multa de 1%(um por cento) sobre o valor da causa, nos moldes do parágrafo único do art. 538 do CPCF, nos termos do voto do relator nas notas taquigráficas, em anexo, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife, 04 de maio de 2010.

Des. Fernando Martins
RELATOR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0198600-1/02

**EMBARGANTE: RICARDO DE HOLANDA
ALBUQUERQUE**

**EMBARGADO: NEWTON DE ALBUQUERQUE
FRANCO JÚNIOR (NEWTON FRANCO IMÓVEIS)**

RELATOR DES. FERNANDO MARTINS

6ª CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração contra acórdão de fls. 25, que negou provimento à unanimidade de votos, ao agravo regimental, o qual foi recebido como agravo legal, interposto pelo ora embargante.

Em suas razões de fls. 02/12 reprisa o agravante as mesmas alegações da peça de apelação e agravo, ou seja, de que houve cerceamento de direito de defesa, ante a não realização de perícia, que a ação não se trata de despejo por falta de pagamento e sim mera demanda de cobrança, bem como acerca da multa, que continua dizendo ser contrária ao que rege o CDC.

Por fim, pugna pelo provimento dos presentes embargos de declaração, a fim de que seja sanada a omissão apontada e reforma do acórdão, ora atacado.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

que o CDC rege a relação, quando na realidade se trata de contrato de locação

É relatório.

Recife, 13 de abril de 2010


Des. Fernando Martins

RELATOR

059 240.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0198600-1/02

**EMBARGANTE: RICARDO DE HOLANDA
ALBUQUERQUE**

**EMBARGADO: NEWTON DE ALBUQUERQUE
FRANCO JÚNIOR (NEWTON FRANCO IMÓVEIS)**

RELATOR DES. FERNANDO MARTINS
6ª CÂMARA CÍVEL

VOTO:

Examinando o presente recurso e cotejando os autos e os documentos neles inseridos, com a decisão embargada, vislumbro que de fato não assiste razão ao embargante.

É que as suas razões continuam sendo as mesmas constantes na apelação e no agravo regimental, além de não apontar omissão, contradição nem obscuridade, tampouco algo que deveria ter sido pronunciado por este tribunal acerca da matéria aventada nos autos.

Assim, sem necessidade de mais delongas, tenho que os presentes embargos de declaração são manifestamente protelatórios, o que enseja na condenação do embargante na multa prevista no parágrafo único do art. 538 do *códex de ritos*.

8



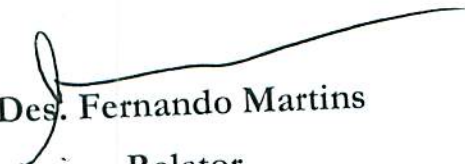
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Fernando Martins

Desse modo meu voto é no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** aos presentes embargos de declaração, devendo sobre o embargante recair o ônus de pagar ao embargado, multa de 1%(um por cento) sobre o valor dado à causa (parágrafo único do art. 538 do CPC).

É como voto.

P.R.I.

Recife, de de 2010.


Des. Fernando Martins
Relator